

Entre a revolução e a barbárie: a matriz durkheimiana de estabilização política em *Da divisão social do trabalho* (1893-2008)

*Between revolution and barbarism: the Durkheimian matrix of political stabilization in *The division of labour in society* (1893 – 2008)*

Diego Martins Dória Paulo*

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil


Recebido em: 01 jan. 2021.


Aprovado em: 10 maio 2021.



A pesquisa é parte de tese de doutoramento financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

* Professor substituto de História do Brasil no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). (dmdpaulo@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-0858-2300>

 <http://lattes.cnpq.br/7784378594974408>

Resumo

O presente artigo versa sobre elementos políticos em *Da divisão social do trabalho*, obra de um dos pais da sociologia, Émile Durkheim. Destaco a preocupação com a definição de funções sociais para a divisão do trabalho. O respeito às hierarquias resultantes da especialização dos ofícios se desdobraria, para o autor, no estágio normal de funcionamento em sociedades de solidariedade orgânica, o que não é mais do que afirmar o caráter sacrossanto da divisão de classes sociais. Na segunda e terceira partes do artigo, observaremos como esta teoria foi instrumentalizada para a definição de um conjunto de políticas devotadas a garantirem a estabilização política em época de acirramento das contradições no capitalismo. Sobretudo desde os anos 1990, *think tanks* europeus aplicam receituários baseados na idealização de uma sociedade coesa. O sucesso relativo da empreitada estimulou que organizações similares fizessem o mesmo na América Latina, incluindo a Comissão Econômica Para a América Latina, que tem intermediado as trocas de tecnologias políticas entre entidades empresariais do novo e do velho mundos.

Palavras-chave: Estabilização política. Coesão social. *Da divisão social do trabalho*. Émile Durkheim.

Abstract

This paper deals with political elements in *The division of labour in society*, work of one of the fathers of sociology, Émile Durkheim. Here I highlight the concern with the definition of social functions for the division of labor. Respect for the hierarchies resulting from the specialization of crafts would unfold, according the author, in the normal stage of functioning in societies of organic solidarity, which is nothing more than affirming the sacrosanct character of the division of social classes. In the second and third parts of the paper, we will observe how this theory was used to define a set of policies devoted to guaranteeing political stabilization at a time of heightened contradictions in capitalism. Especially since the 1990s, European think tanks have applied prescriptions based on the idealization of a cohesive society. The relative success of the undertaking has encouraged similar organizations to do the same in Latin America, including the Economic Commission for Latin America, which has been mediating the exchange of political technologies between bourgeois entities in both new and old worlds.

Keywords: Political stabilization. Social cohesion. *The division of labour in society*. Émile Durkheim.

O final do século XIX foi terreno de embates acirrados sobre a natureza da sociedade moderna. Enquanto as ciências sociais ainda firmavam seus pilares, a consistência do que, em outro contexto, viria a ser conhecido como ser social era posta indiretamente em debate.¹ Prestigiado desde meados do século XIX, Herbert Spencer foi considerado uma das principais vozes do período. Partia dele a associação entre o social e o natural no que diz respeito ao ritmo da evolução da espécie, em uma leitura confusa do que seria a tese darwinista sobre a natureza. As virtudes do esforço individual, do trabalho e da competência, desse ponto de vista, desdobrar-se-iam em uma vida de sucesso, expressa no conforto de quem foi capaz, por mérito e pela iniciativa, de acumular riquezas. O individualismo e a competição que a ordem econômica incentivava, assim, seriam os acicates do celebrado desenvolvimento verificado desde o fim do século XVIII. A miséria, por outro lado e nos termos deste autor, seria manifestação da lassidão moral dos que trocavam voluntariamente “o trabalho pela taverna”, “parasitando” o esforço alheio.²

A importância de Spencer pode ser medida pelo número de seus seguidores e pela virulência com que, assim como seu mestre, atacavam qualquer esforço de institucionalizar redes públicas de amparo social.³ Com que repudiavam como “sentimentalismo” qualquer ação mesmo daqueles que, preocupados com o potencial corrosivo das desigualdades, defendiam alguma espécie de proteção, geralmente sustentada pelo Estado, aos que dependiam exclusivamente do próprio trabalho para viver. De fato, para spenceristas como William Graham Sumner, distinções entre ricos e pobres, em uma sociedade de “homens livres”, seriam tão somente determinadas pelo sucesso daqueles que aproveitam oportunidades; carecendo de base ética, por conseguinte, qualquer tipo de “favorecimento”, mesmo aos “derrotados”.⁴

¹ Lukács chama *ser social* o tipo de ser que se diferencia do ser orgânico e do inorgânico, constituído pela tendência a desenvolver mediações sociais cada vez mais complexas. Ver: LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2019.

² SPENCER, Herbert. *El individuo contra el Estado*. Valência: Sempere, 1884, p. 44.

³ No citado *O individuo contra o Estado*, Spencer chega a identificar na proteção social o início de um caminho para a escravidão – em argumento e terminologia muito similares aos que seriam repostos décadas depois por Friedrich Hayek. Ver: SPENCER, Herbert. *El individuo contra el Estado*. Valência: Sempere, 1884; HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2010.

⁴ Essa discussão e uma importante síntese do debate acerca da desigualdade entre o fim do século XIX e meados do século XX podem ser conferidas na interessante tese de doutorado de Pedro Ferreira de Souza. Ver: FERREIRA DE SOUZA, Pedro. *Uma história da desigualdade*. A concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec, 2017.

Em radical oposição a esta corrente estavam os comunistas. Para estes, o sangrento século XIX havia revelado a outra face do desenvolvimento capitalista. Guerras, repressão, exploração do trabalho tocadas pelas novas classes dominantes colocavam a questão da emancipação humana, formulada como conceito-chave desta tradição por Friedrich Engels e Karl Marx.⁵ Com efeito, a ideia foi tomada como bandeira por aqueles que identificaram a etapa progressista da burguesia se encerrar durante as conflagrações mundiais de 1848.⁶ Na metade final do século XIX, assim, o marxismo já era expressão teórica das lutas da classe trabalhadora, então reconhecida como sujeito histórico com a tarefa de revolucionar a sociedade burguesa, suprimindo no processo as estruturas do modo de produção capitalista que impediam o florescimento das verdades diferenças – expressas em variadas formas de exteriorização humana verificadas em uma sociedade de pessoas livres.⁷

É neste ambiente social que devemos inserir as reflexões de Émile Durkheim. Tendo como horizonte de trabalho aquela amplitude política, o sociólogo francês enxerga valores no socialismo, especialmente no “pré-científico”, que ele estudou mais e entendeu como “um grito de dor e cólera lançado por homens que mais vivamente sentem nosso mal-estar coletivo”.⁸ Uma de suas principais obras de teoria social, contudo, oferece soluções distintas para os problemas que ele reconhecia existir. Trata-se de, *Da divisão social do trabalho*, lançada em 1893, texto que sintetiza outra linha de enfrentamento aos problemas sociais. Linha política que privilegia a *coesão social* como horizonte a ser buscado pela ação daqueles responsáveis pela “gestão” da sociedade, cuja tarefa seria dirigir o enfrentamento adequado daquilo que alimenta os conflitos.

Nem a barbárie spenceriana, nem revolução social, portanto. A guerra expressa de uma forma ou de outra representaria uma *disfunção*, marca de uma sociedade que *evolui mal*, no sentido de se desenvolver contra sua natureza. Em seu lugar, o trato daquilo que *enferma* o corpo social. A atuação precisa, cirúrgica, sobre *processos estranhos* à sociabilidade; atuação liderada e conduzida por um setor social composto por especialistas no funcionamento adequado das partes constitutivas dessa sociedade. Se é verdade que para Durkheim a sociedade pode ser metaforicamente explicada com base em organismos vivos, seria necessário legitimar as diferenças sociais, notadamente as hierarquias, porque é o funcionamento perfeito do subsistema de cada órgão que garante a saúde do corpo. Para tanto, há que respeitar suas naturezas; naturezas que determinam a direção por dirigentes e a obediência dos dirigidos. Caminho para potencializar a solidariedade e a eficiência do metabolismo social em estágios de grande complexidade desse ser, evitando *disfunções* causadoras de conflitos.

⁵ O primeiro trabalho dedicado especificamente a debater a questão é de Karl Marx, realizado ainda em sua “juventude”. Ver: MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁶ Para uma síntese básica, ver: HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

⁷ Trata-se do horizonte de futuro aberto com a organização do movimento comunista, cuja expressão da sua vanguarda no período pode ser identificada na produção da obra de Marx.

⁸ DURKHEIM, Émile *apud* FRIDMAN, Luis Carlos. In: FRIDMAN, Luis Carlos. *Émile Durkheim e Max Weber: socialismo*. Rio de Janeiro: Ralumé-Dumará, 1993. p.37

A legitimação da *função social* da cadeia de comando – e, logo, de seus executores – vem do estudo dos efeitos daquela divisão social do trabalho em sociedades complexas. Priorizando sua compreensão, o problema de pesquisa básico de *Da divisão social do trabalho* é investigar a relação entre indivíduo e sociedade naquelas condições. São buscadas ali respostas para importante enigma da sociedade moderna, a saber, como se explica o vínculo que mantém pessoas unidas em colaboração. É a procura dos fundamentos dessa *civilização*, portanto, que coloca Durkheim na defesa da ordem, cujo efeito social, em última instância, manteria e aprimoraria esses vínculos.

A obra durkheimiana se tornou matriz de ação política por parte daqueles preocupados em preservar os fundamentos da sociedade, garantindo algum grau de estabilidade pela atuação preventiva sobre focos potenciais de conflito. Sua noção de coesão social, nesse processo, foi instrumentalizada, a partir do último quartel do século XX, para indicar sociedades *saudáveis*, isto é, sem *disfunções* que poriam em risco seu metabolismo. Aqui, a defesa do setor de especialistas dedicados a diagnosticar as fontes de conflito apresenta ainda outro benefício àqueles preocupados com a conservação dos pilares constitutivos da sociedade. Trata-se da oferta de uma forma *despolitizada* de *gerir* as políticas sociais, convertidas, de conquistas dos trabalhadores, em objetos de uma *análise desapaixonada*, técnica e acadêmica.

***Da divisão social do trabalho* ou a defesa das hierarquias sociais no capitalismo**

Da divisão social do trabalho é um clássico das ciências sociais. O objetivo de seu autor, Émile Durkheim, que com sua obra seria alçado à eminente posição de pai da sociologia, é conhecido e declarado no prefácio à primeira edição do livro. Trata-se de lançar as bases para uma ciência da moral. Ciência essa que seria fundamentalmente a condensação de observações e anotações sobre a realidade social. Seu motor principal, assim, seria a reflexão dos fatos sociais na consciência do investigador – reflexão aqui entendida como resultado do reflexo da coisa mesma no intelecto que observa o mais passivamente possível. O mundo moral, portanto, teria uma *história*, com leis próprias. Um sistema integrado de tal maneira complexa que conviria ao estudioso tentar relatar seu funcionamento sem pretender direcioná-lo a qualquer caminho, inclusive pela impossibilidade prática de fazê-lo com sucesso.

Durkheim, assim, não se preocupava em *transformar* a realidade – há inclusive, no mesmo prefácio, uma dura crítica ao que chama de teorias sociais revolucionárias por, segundo ele, apenas se dizerem científicas sem o sê-lo de fato.⁹ Com efeito, para Robert Nisbet, um importante estudioso do tema, o *método* durkheimiano, ainda mais do que suas conclusões, seria essencialmente conservador, posto esse pretensão distanciamento da realidade.¹⁰ Sem

⁹ DURKHEIM, Émile. Prefácio à primeira edição. In. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Wmf, 2013, p. 47.

¹⁰ NISBET, Robert. Conservatism. In. *A History of Sociological Analysis*. New York: Basic Books, 1978.

incorrer em polêmicas com essa afirmação acima, neste pequeno artigo gostaria de destacar que também as conclusões de Durkheim devem ser consideradas politicamente, ainda que ele ostensivamente secundarizasse a influência deste elemento nas suas obras.¹¹ E este acervo de ideias sobre o real é de tal modo importante – inclusive pelo ambiente político em que se inscreve, acima brevemente apresentado – que sua influência seria crescente desde o fim do Século XIX, a ponto de se poder falar em uma *matriz durkheimiana* de políticas para a estabilização política. Algo como uma *terceira via* entre a barbárie burguesa e a revolução desejada pelos anticapitalistas.

Para compreendermos melhor este ponto alguns apontamentos sobre a metodologia e sobre as conclusões a que chega o intelectual são imprescindíveis. O primeiro destaque vai para seu uso da noção de *função* social. É assim que Émile Durkheim explica a categoria:¹²

(...) a palavra *função* é empregada de duas maneiras bastante diferentes. Ora designa um sistema de movimentos vitais, fazendo-se abstração de suas conseqüências, ora exprime a relação de correspondência que existe entre esses movimentos e algumas necessidades do organismo. Assim, fala-se da função da digestão, de respiração, etc; mas também se diz que a digestão tem por função presidir à incorporação no organismo das substâncias líquidas ou sólidas destinadas a reparar suas perdas; que a respiração tem por função introduzir nos tecidos do animal os gases necessários à manutenção da vida, etc. É nessa segunda acepção que entendemos a palavra¹³

Mantendo a metáfora orgânica, cara à matriz durkheimiana, mas avançando para como ele enxerga a *função* especial da divisão social do trabalho, dir-se-ia que o autor se refere ao abastecimento de órgãos vitais do corpo social. Assim, a *função* da divisão social do trabalho é, por um lado, assegurar a diversidade dos trabalhos necessários à manutenção da solidariedade – solidariedade que, parcialmente, por isso, aparece como complementaridade dos trabalhos em um sistema de trocas. Por outro, sua *função* é garantir que as diferentes partes se organizem do modo como a busca pela solidariedade determina. Há aqui, portanto, uma tendência natural que transcende os desejos mais imediatos das pessoas. É essa tendência que filtra e seleciona os trabalhos capazes de complementar o organismo. As divisões do trabalho, portanto, formam em seu conjunto a anatomia do corpo social assim entendido, indicando tanto os ofícios adequados às tendências naturais da sociedade quanto aqueles que, inadequados, quedam na região da *disfunção* potencial.

Em outras palavras, Durkheim tenta desvendar o papel que essa *função* desempenha no *metabolismo do organismo social* - e aqui a analogia aos seres vivos tem como pressuposto a

¹¹ DURKHEIM, Émile, *Da divisão social...* *Op. cit.*

¹² Ramesh Mishra é um dos que qualifica o *funcionalismo* como uma *teoria que desta as funções sociais*. Isso não o impede, porém, de reconhecer a heterogeneidade interna deste campo, com o termo designando diversos tipos de abordagem em áreas distintas. Há, portanto, *funcionalismo* na psicologia, na comunicação, na sociologia. Mishra opina, contudo, que um mesmo grupo de *pilares* constitutivos alicerçam essas abordagens – daí elas merecerem o nome de teoria. São eles: a explicação sistêmica da realidade, a análise das partes sob o conceito de *função* e, por fim, a analogia orgânica, o que revela a influência das ciências naturais sobre esse corpo teórico. Ver: MISHRA, Ramesh. *Society and social policy: theories and practice of Welfare*. London: The Macmillan Press, 1981.

¹³ DURKHEIM, Émile. *Op. cit.*, p. 13.

especialização das partes que, *funcionando articuladamente*, mantém a normalidade e a coesão dos corpos, sejam orgânicos, sejam sociais. O pressuposto é a possibilidade de equilíbrio funcional da sociedade – esta condição, aliás, sendo indício de *saúde do corpo social*, sem conflitos representativos de *disfunções*.¹⁴ Para se atingir tão estado, entretanto, há de se estar atento ao prisma pelo qual a própria sociedade se organiza. O papel da função social da divisão do trabalho, por conseguinte, é no fundo um *imperativo*, do qual não se pode esquivar, porque só ele pode presidir efetiva integração do corpo social. Qualquer prática de contestação desse metabolismo, deste ponto de vista, não passaria da expressão daquelas disfunções, objeto sobre o qual deve atuar o Estado em sua tarefa administrativa.

Durkheim, mais de cem anos depois, se distingue de Adam Smith e seus seguidores, sem, contudo, negá-lo totalmente. Com efeito, para estes a função da divisão social do trabalho seria acelerar a produção de riquezas.¹⁵ Sobre este juízo, Durkheim defendeu se tratar de uma avaliação superficial, que se atém aos seus efeitos sobre o aumento da “força produtiva” e da “habilidade do trabalhador”.¹⁶ Para ir mais fundo no problema, haveria de se lembrar Heráclito em sua defesa da “mais bela harmonia” que “nasce das diferenças”, investigando como um grupo de dois ou mais indivíduos se articula.¹⁷ Segundo ele, quando assim procedemos,

somos levados (...) a considerar a divisão do trabalho sob um novo aspecto. Nesse caso, de fato, os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade. Como quer que esse resultado seja obtido, é ela que suscita essas sociedades de amigos, e ela as marca com seu cunho¹⁸

A aposta, contudo, não está na comunidade defendida então pelos comunistas. A divisão social do trabalho aqui defendida prevê hierarquia entre funções selecionadas naturalmente. Características de sociedades complexas que, de certa forma, constam fora do universo da política, posto que qualquer levante contra elas representa, no fim das contas, um ataque à própria sociedade. É, no mais, principalmente com respeito ao poder de uns comandarem outros que se pode assegurar a coesão social, com cada parte exercendo mais eficientemente o que dela se espera. O tema usado para ilustrar isso é a divisão do “trabalho sexual”, apresentado com a carga de preconceito de um machista de fins do século XIX.

(...) o trabalho sexual tornou-se cada vez mais dividido. Limitado a princípio apenas às funções sexuais, estendeu-se pouco a pouco a vários outros. Faz tempo

¹⁴ É sugestivo como, neste sentido, a historiografia influenciada por estas colocações enxerga as revoluções como *estágios febris* que revelam *disfunções* capazes de matar o corpo social se não enfrentadas a tempo. Ver: BRINTON, Crane. *The anatomy of revolution*. Nova Iorque: Vintage, 1965.

¹⁵ Pelo menos os cinco primeiros capítulos de *A riqueza das nações* versam sobre a relação entre divisão social do trabalho e a produção e distribuição de riquezas – o que é eloquente sobre o sentido atribuído àquela divisão no plano da obra. Ver: SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril, 1996, p. 65-100.

¹⁶ DURKHEIM, Émile. *Op cit.*, p. 14

¹⁷ *Ibidem*, p.20.

¹⁸ *Ibidem*, p.21

que a mulher retirou-se da guerra e dos negócios públicos e que sua vida concentrou-se inteira no interior da família. Desde então, seu papel especializou-se cada vez mais. Hoje, entre os povos cultos, a mulher leva uma existência totalmente diferente da do homem. Dir-se-ia que as duas grandes funções da vida psíquica como que se dissociaram, que um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais.¹⁹

Poder-se-ia dizer que a citação não deixa evidente a relação de poder entre as partes. Neste caso, o argumento indicaria que a distinção de funções, via especialização, não significa, por si mesma, relações de poder entre elas. Esta posição, contudo, seria debelada pela mera sequência da leitura.

(...) essas diferenças funcionais são tomadas materialmente sensíveis pelas diferenças morfológicas que determinaram. Não só a estatura, o peso, as formas gerais são muito dessemelhantes entre o homem e a mulher, mas o Dr. Lebon demonstrou, como vimos, que, com o progresso da civilização, o cérebro dos dois sexos se diferencia cada vez mais. Segundo esse observador, esse hiato progressivo dever-se-ia, ao mesmo tempo, ao considerável desenvolvimento dos crânios masculinos e a um estacionamento ou mesmo uma regressão dos crânios femininos.²⁰

A passagem, além de grotesca aos nossos olhos, é prova contundente de que seu autor defendia a direção social por uma *elite* cujos "crânios", devido, como vimos até aqui, a um compósito de condições naturais e sociais, seriam "mais desenvolvidos". A relação entre biologia e sociedade por ele tecida ajuda a esclarecer a natureza desta *elite*. Trata-se de fazer a apologia de um conjunto de agentes que, naquela divisão, exerce *funções* organizadoras, dirigindo a articulação entre as partes e o todo, em uma escala amplíssima que vai da vida individual à social. É luminosa, neste sentido, a analogia entre o *homem*, na vida privada; e o Estado, na pública.²¹ Ambas partes de um organismo social que, compreendendo todas aquelas dimensões, tem estruturas hierárquicas homólogas.

Diante do exposto, é plenamente compreensível por que Durkheim não via essas cadeias de comando como objeto passível de críticas. Ao contrário, o sociólogo identificava nelas os pilares daquela sociedade complexa que ele defendia. Espécie de natureza possível, sem as quais essa forma social sequer existiria.

Em todos esses exemplos, o mais notável efeito da divisão do trabalho não é aumentar o rendimento das funções divididas, mas torná-las solidárias. Seu papel, em todos esses casos, não é simplesmente embelezar ou melhorar sociedades existentes, mas tornar possíveis sociedades que, sem elas, não existiriam.²²

Por essa compreensão, ainda tomando a divisão do "trabalho sexual" como ilustração do todo, Durkheim chega a sustentar que a "regressão da diferenciação do trabalho sexual além de certo ponto" poria em risco a sociedade conjugal, "deixando subsistir apenas relações sexuais

¹⁹ DURKHEIM, Émile. *Op cit.*, p. 26

²⁰ *Idem.*

²¹ De sorte que poderíamos falar que o Patriarca é o Estado da vida familiar.

²² DURKHEIM, Émile. *Op cit.*, p. 27

eminentemente efêmeras”. Elevando a contundência da tese, afirma que “se os sexos não fossem em nada separados, toda uma forma de vida social sequer teria nascido”.²³

Durkheim chama de solidariedade orgânica a esse laço social. Diferentemente da solidariedade *mecânica* – que se mantém por similitude das partes –, a solidariedade orgânica vem da *interdependência* entre os componentes do *organismo social*. A peculiaridade deste tipo de vínculo, portanto, é a complementaridade entre partes diferentes. Por um lado, isso permite sua combinação virtuosa, supostamente potencializando sua eficiência em nome do melhor desenvolvimento do todo. Por outro, há a constante ameaça de que essa diferenciação se desdobre em desagregação, ou, em seus termos, em *anomia*. Novamente, é a intervenção daqueles setores dirigentes que organiza as partes de cima a baixo do edifício social, fazendo-as funcionarem à luz do todo.²⁴

Aqui reside uma proposta importante que distingue Durkheim tanto da barbárie spencerista quanto dos defensores da revolução social. Refiro-me à concepção de um papel organizador que tanto *conserva* a corrente divisão social do trabalho quanto postula um papel dirigente para um dos termos da relação, a saber, aquele ocupado pelo trabalho dito intelectual. Sobre isso Durkheim é bem claro.

O nosso método não tem, portanto, nada de revolucionário. É até, num certo sentido, essencialmente conservador, uma vez que considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais elástica e maleável que seja, não é, no entanto, modificável à nossa vontade²⁵

Essa postura política corresponderia, como vimos, à concepção científica do que é a realidade social: *coisa* externa. Os *fatos sociais* assim concebidos são necessariamente alheios às “consciências individuais”, sendo imutáveis pela ação de indivíduos que os encontram como *naturalmente dados*. É a organização social, com suas hierarquias estruturadas e estruturantes, que age sobre a sociedade. A analogia aqui é com o cérebro, cuja função é comandar as partes constitutivas do corpo social. Compreendido desta forma, aquele polo de controle, lastreado na divisão técnica do trabalho social, teria como finalidade a manutenção e o aperfeiçoamento das partes. O estágio de equilíbrio, ponto ótimo das relações sociais, em que cada parte é mais verdadeiramente o que dela se espera, passaria a ser conhecido como estágio da *coesão social*. Os dirigentes, assim, *deveriam dirigir* porque fariam os dirigidos agirem melhor.

Aqui chegamos a uma questão importante. Entendo que Durkheim não versa sobre outra sociedade que não aquela nascida sob a égide do capital, ainda que, para ele, essa forma social apareça de outro modo. Sua “sociedade de economia complexa” aqui é considerada como sendo o capitalismo, evidente ao serem conservadas, no seu arranjo teórico, as relações de poder

²³ DURKHEIM, Émile. *Op cit.*, p. 27

²⁴ Daí decorreria, para muito dos seguidores de Durkheim, nomeadamente os funcionalistas, a justificativa para a intervenção Estatal – a *função* desse *órgão* seria assegurar a reprodução do corpo social pelo combate às tendências disfuncionais. Ver: MISHRA, Ramesh. *Society and social policy: theories and practice of Welfare*. London: The Macmillan Press, 1981

²⁵ DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril, 1978, p. 74

derivadas da diferente inserção no processo produtivo. Se analisada à luz das disputas de seu tempo, a ação social *conservadora* representada pela publicação de *Da divisão social do trabalho* defende a manutenção da forma social que analisa, para tanto postulando um sujeito conservador; organizador por excelência das funções de cada parte desta sociedade. Camada social fiadora daquela divisão social do trabalho porque surgida dela. Grupo de “intelectuais” que assegura a ordem e seu bom funcionamento. Em uma escala do maior poder ao menor, claro que no topo está o Estado, cuja ação coesiva foi valorizada pelos funcionalistas; mas Durkheim não parece ignorar a importância dos poderes menores, dada a observação da desigualdade prevalente mesmo em uma relação tão privada quanto a família. Forte indício disso é sua ênfase na homologia das estruturas hierárquicas e funções que compõem o corpo social. Se o Estado – vale dizer, o *cérebro* – a tudo organiza, cada órgão tem seus dirigentes que, dialogando com aquela estância superior, articulam o melhor funcionamento possível, posto que naturalmente determinado, do todo.

Aqui entendo, portanto, que Durkheim formula bases para o estudo das relações de poder na sociedade derivadas da desigual distribuição do trabalho social. Não por ser contra elas, mas por querer defendê-las. Mantendo a recorrente metáfora do corpo humano, a divisão social do trabalho teria permitido o surgimento de um grupo de funções diretivas dentro de cada órgão, além, claro, daquele órgão cuja própria essência é a direção. E é essa divisão, logo essa configuração de poder, que permite que a sociedade se reproduza. Não estamos aqui perante uma mera defesa da ordem em geral, mas mais especificamente diante da apologia das funções diretivas encarnadas por pessoas que, posta a posição em que são inseridas na divisão social do trabalho, têm literalmente “crânios mais desenvolvidos”.²⁶

Claro que a sociedade assim organizada tende a produzir desigualdade. Ocorre que isso não é um problema nem do ponto vista político-social, porque há pessoas *naturalmente formadas* para a direção, nem do econômico. Michael Lowy capturou bem a posição de Durkheim sobre a matéria.

da mesma maneira que em um corpo vivo certos órgãos recebem mais sangue, mais nutrição – por exemplo, o sistema encefálico é mais irrigado porque as suas funções são mais importantes –, certas camadas que recebem o papel de cérebros da sociedade são privilegiadas, portanto, isso é um fenômeno natural, necessário. A desigualdade social se explica naturalmente.²⁷

Lowy concluiu daí que *Da divisão social do trabalho* seria uma obra “marcada pela visão do mundo social-darwinista da burguesia na época do capitalismo concorrencial”.²⁸ Embora acredite que isso esteja correto, como acima apresentamos, aqui destaquei a *função* da divisão social do trabalho como mecanismo de estabilização em sociedades complexas.

²⁶ DURKHEIM, Émile. *Op cit.*, p. 26

²⁷ LOWY, Michael. *Ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1985, p. 53.

²⁸ LOWY, Michael. *Marxismo contra positivismo*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 19.

Quando colocamos a sociedade complexa durkheimiana na história, aquela *função* revela seu caráter conservador. As correntes funcionalistas reconhecem a necessidade de transformações e adaptações, mas não revoluções.²⁹ Assim, toda evolução deve ser mediada pela conservação da estrutura básica que fundamenta a solidariedade orgânica, isto é, a divisão social do trabalho. Seu “método conservador”, portanto, deve se equilibrar nesta fina lâmina: reafirmar as bases constitutivas da sociedade ao passo que atualiza constantemente as formas de sua manifestação. Em poucas palavras: trata-se de defender o essencial de forma suficientemente maleável para que se adeque às novidades do devir. É precisamente o estágio de *coesão* que indica o ponto ótimo desta relação.

Nascida em ambiente acadêmico, a noção de coesão social é desenvolvida a partir da obra de Émile Durkheim. No século XX, época de esgarçamento radical do tecido social, transcende os muros acadêmicos e chega ao debate público. Passa a ser, então, espécie de *feixe* em torno do qual são organizadas políticas públicas de estabilização – fundamentais em um mundo cuja memória de guerras e revoluções é organicamente cultivada. O âmbito de formulação das políticas para coesão social também passa por transformações no período. Transita, no período do desmonte do Estado Social, do ambiente público para organizações da sociedade civil. É o que veremos na última seção deste artigo.

Coesão social: guia para políticas de estabilização política na Europa e na América Latina

As décadas de 1960 e 1970 foram agitadas. A revista *Fortune*, importante periódico do mundo dos negócios, fala de “uma batalha épica entre a administração e o trabalho” que então aproximava.³⁰ Nas fábricas, a conjuntura é pontuada por demonstrações de “indisciplina” que variam do absenteísmo à greve. Na *General Motors*, o diretor-presidente da General Motors se alarma com a constância com que trabalhadores se ausentam de seus postos. O balanço da empresa registra que 5% dos empregados faltam cotidianamente sem apresentarem o que se considera como justificativa.³¹ Tensão semelhante é vista na Europa ocidental.³² Na França, em duríssimas greves travadas em Ferodo e Leclerc-Fougères, os rebelados mantêm cativos diretores da empresa.³³

A crise era geral. O diagnóstico de líderes do mundo empresarial é de que havia então “muita democracia”, com conseqüente pressão demasiada sobre o poder público. É o que sustenta o relatório *Crise da democracia*, da Comissão Trilateral - importante fórum de reunião

²⁹ PEREIRA, Camila. *Proteção social no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

³⁰ Citado em CHAMAYOU, Gregoire. *A sociedade ingovernável. Uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu, 2020, p. 34.

³¹ *Ibidem*, p.35.

³² BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF, 2020, p. 206.

³³ *Idem*.

de grandes capitalistas de Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. “Al Smith certa vez observou”, declara o documento, “que ‘a única cura para os males da democracia é mais democracia’. Nossa análise sugere que a aplicação dessa cura atualmente pode estar adicionando combustível às chamas”.³⁴ A democracia estava em crise, enfim, não por sua falta, mas precisamente pelo seu inverso: o excesso de demandas que pressionavam o Estado e tumultuavam as ruas.

Estudos que se debruçaram mais atentamente sobre a Comissão Lateral indicaram que a organização viu na conjuntura dos anos 1960 e 1970 os germes do caos que poderia inviabilizar a sociedade capitalista em um futuro próximo. “No início dos anos 1970”, anota a historiadora Rejane Hoeveler, sintetizando a perspectiva da entidade no documento,

os americanos estavam progressivamente demandando e recebendo mais benefícios de seu governo e, no entanto, tendo menos confiança nele do que há uma década atrás. A expansão das atividades governamentais produzia dúvidas acerca da solvência econômica do Estado; e o decréscimo na autoridade do Estado levantava dúvidas acerca da solvência política do governo. O impulso democrático tornava o governo menos poderoso e mais ativo, aumentava suas funções e declinava sua autoridade³⁵

O problema da *crise do orçamento público*, tema frequente dos noticiários e pauta constante do debate político desde então, é assim explicado pelo *crescimento do Estado* – neste registro, fruto principalmente da politização dos subalternos.³⁶ O conjunto de ataques às organizações de trabalhadores³⁷ com objetivo de reservar maior parcela do fundo público para as classes dominantes,³⁸ assim, tem sido o mote da *época neoliberal* e de sua ofensiva contra o chamado Estado social.³⁹

³⁴ CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975,. p. 114.

³⁵ HOEVELER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise. Os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. 2015. Orientadora: Prof Dr^a Virginia Fontes. Dissertação de mestrado. 420 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, Rio de Janeiro, 2015, p. 280-281.

³⁶ Interpretação que reduz a importância da apropriação do fundo público por setores do capital monopolista. Obra importante sobre este tema segue sendo o trabalho clássico de Ernest Mandel sobre o que chama de *capitalismo tardio*. Ver: MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

³⁷ O já clássico trabalho de David Harvey apresenta muitos documentos e fontes sobre os ataques levados à cabo contra a participação dos trabalhadores no fundo público. Ver: HARVEY, David. *O neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

³⁸ Sobre isso, há importante estudo no livro recentemente lançado pela assistente social Elaine Behring. Ver: BEHRING, Elaine. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.

³⁹ A discussão que destaca o conceito de Estado Social – em vez de Estado de bem-estar social, mais usado – busca enfatizar que, mesmo na conjuntura de relativo avanço das chamadas políticas sociais, tanto com base no modelo bismarckiano quanto no modelo beveridgiano, o Estado continua sendo espaço de articulação predominante dos interesses capitalistas. Assim, ainda que relativamente mais permeável às pressões sociais, ele segue sendo fundamentalmente *Estado*, portanto, produto da dominação das classes dominantes. Interessante discussão sobre isso está em BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

A redução da face *social* do Estado é um fenômeno ainda em curso, sujeito ao desenlace das lutas entre as classes sociais. Nos Estados Unidos, implicou o reforço dos aparelhos coercitivos estatais, processo estudado em obra seminal de Loic Wacquant, responsável por destacar a complementaridade entre o desmonte das políticas sociais e a *onda punitiva* que se desdobrou na forma do encarceramento de massa.⁴⁰ Outras ideias para se manter a ordem, contudo, foram desenvolvidas – sem necessariamente negar o *punitivismo* como solução para os desafios postos pelos *marginalizados*. A defesa da administração de políticas de *coesão social* é uma delas.

Em minha tese de doutoramento, mostrei como esta tática de estabilização política, cuja matriz é durkheimiana, foi desenvolvida durante o processo de integração europeia no pós-guerra. Vale lembrar, processo que se dá sob a ameaça de uma nova conflagração mundial e no ritmo do pavor que as classes dominantes nutriam pela ameaça da revolução social, mais viva do que nunca após a demonstração de força soviética na derrota militar do fascismo. Neste ambiente, a preocupação com a coesão social foi crescente, tornando-se paradigmática a partir de 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, que lançou as bases para a criação da União Europeia no ano seguinte.⁴¹

Na ocasião, assumia-se pela primeira vez de modo explícito a defesa da “coesão social” como horizonte a ser buscado pelos formuladores de políticas públicas na comunidade europeia. Era essa ideia que presidia a investigação das *disfunções sociais*, provocadas por “má distribuição de renda” e “conflitos culturais”. O processo de estudos da realidade europeia por este viés culminou com a edição, em dezembro de 2001, do índice de Laeken com *diretrizes para se atingir sociedades coesas*. Reunidos nos subúrbios de Bruxelas, membros do Conselho Europeu elaboram uma lista com 18 indicadores (ampliados para 21 em 2006) que apontariam para estágios de integração “harmônica” – entendido aqui como momentos em que os potenciais conflitos sociais se encontravam dirimidos. As balizas abrangem quatro áreas temáticas centrais: renda, emprego, educação e saúde. A importância da formulação desse conjunto de diretrizes é atribuída à inspiração de políticas públicas e agendas sociais daí advindas, cujo fito seria assegurar a integração virtuosa do corpo social.⁴²

A formulação do índice estabelece balizas para ação política com fins a alcançar sociedade coesas. O que me parece fundamental neste processo é que ele tenta despolitizar a disputa pelo fundo público, circunscrevendo-a ao domínio da técnica – domínio naturalmente entendido como oposto do universo político. A “gestão” da política social, assim, passa a ser *pensada* por um conjunto de *especialistas* responsáveis por identificar a justa medida da intervenção da assistência social – nem muita, o que poderia se desdobrar no suposto reforço da lassidão

⁴⁰ WACQUANT, Loic. *Punir os pobres*. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 1969.

⁴¹ PAULO, Diego Martins Dória. *As contradições da democracia e o Instituto Fernando Henrique Cardoso*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2020.

⁴² *Ibidem*, p.249.

daqueles que se veem livres da concorrência;⁴³ nem pouca, o que inviabilizaria a estabilidade pretendida. O fundamental aqui, contudo, parece ser a *exclusão da participação popular na formulação das políticas de assistência social*, posto que elas deveriam ser ajustadas de acordo com cálculos técnicos estabelecidos como base naqueles indicadores. É um ataque à democracia, como se vê, pelo insulamento das áreas sensíveis aos mais pobres, afastadas de sua ingerência pela barreira tecnicista imposta. Lembremos, se um dos problemas do Estado Social foi a politização dos subalternos que ele supostamente incentivada – conforme defendeu documento da Comissão Trilateral acima mencionado –, o mecanismo aqui desenvolvido consiste em um poderoso antídoto.

A defesa deste *setor de especialistas*, no mais, encontra fundamento nas reflexões teóricas de Durkheim, acima apresentadas brevemente. Não sem razão, portanto, *think tanks* e organizações responsáveis por pensar as ciências sociais têm recorrido à noção de coesão e à matriz durkheimiana de intervenção política. Trata-se, afinal, de uma forma de legitimar o papel que essas entidades reivindicam. É o caso da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Desde 2007, a proposta cepalina para a região prevê a aclimação dos princípios de coesão estabelecidos em Laeken ao ambiente latino-americano, dada a “grande complexidade” que impediria uma simples mimetização dos dados. De forma semelhante ao ocorrido no caso europeu, a estruturação de indicadores de coesão social direcionaria políticas públicas dedicadas a enfrentar velhos e novos problemas na região: a chamada “questão social”, responsável pela crônica desigualdade no continente; e a emergência de “novas identidades”, cujo potencial de desestabilização política é particularmente evidente em uma região atravessada por conflitos culturais, como é o caso do subcontinente latino-americano.⁴⁴

Em livro lançado em 2008 por importantes *think tanks* brasileiros, reafirma-se a importância da *coesão social na democracia*.⁴⁵ Reconhece-se que a tarefa a ser realizada não é fácil. São muitas as dificuldades, principalmente as de cariz metodológico, posta a necessidade de evitar a mera *tradução* das reflexões sobre a Europa para a realidade latino-americana na construção de indicadores de sociedades coesas. Mas essa rigidez metodológica não representa nem de longe o único problema. Há outros, inconfessos, como o claro potencial de conflito no que se reconhece como necessário para se restabelecer os laços de coesão social – luminosos exemplos são dados no (não) enfrentamento das transformações no ambiente familiar e as

⁴³ Tese neoliberal que se tornou lugar-comum desde os anos 1980. Ver: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016

⁴⁴ PAULO, Diego Martins Dória Paulo. *A Plataforma Democrática e a "coesão social na democracia" na América Latina (2007-2017)*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº 28, p. 138-163, Jan./Jul., 2020.

⁴⁵ No Brasil, a agenda foi incorporada à atuação do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), de São Paulo, entidade vinculada ao ex-presidente da República; e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, do Rio de Janeiro. Um importante documento dessa preocupação com a proposição de medidas para a construção de sociedades “coesas” e “democráticas” está no livro *O desafio latino-americano*, lançado em conjunto por essas organizações. Ver: SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. *O desafio latino-americano. Coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

relações de gênero⁴⁶ – tema traiçoeiro para intelectuais da ordem no Brasil, em razão do racismo e do patriarcalismo estruturais no país. Alguns limites de políticas públicas pautadas por aquele conjunto de diretrizes, assim, são revelados com especial clareza na periferia do mundo capitalista. Se a coesão social é, sobretudo, o respeito a ordem, como incluir os chamados “novos sujeitos” e “novos movimentos” sociais na estrutura vigente, posto que sua luta ataca as bases de suas hierarquias estruturantes? Os casos do feminismo da luta antirracista evidenciam a forma como as contradições da pauta da coesão social emergem com nitidez. São obstáculos desafiadores interpostos às organizações devotadas ao desenvolvimento daquela agenda, porque eventualmente as colocam em rota de colisão com os setores mais reacionários da sociedade que pretendem conservar.

Considerações finais

Como vimos acima, coesão social é um conceito que nasce das reflexões de Émile Durkheim. Indica o estágio ótimo de solidariedade, no qual cada parte faz da melhor forma possível o que dela se espera. Uma sociedade *coesa*, assim, é uma sociedade em que a divisão social do trabalho é respeitada e potencializada pelos pontos diretivos que presidem os diversos níveis de sua hierarquia.

O horizonte da “coesão social” expressaria, por conseguinte, o enfrentamento das tensões surgidas das relações sociais de produção de tipo capitalista, com o fito de superar conflitos, assegurando a reprodução do modo de produção pela acomodação das classes e frações de classes sociais às cadeias de comando estruturantes daquela forma social. É possível dizer que a estabilidade na arena dita política emanaria da estabilidade no nível da família, daí a importância de reafirmar a lógica de mando-obediência no interior desse espaço. Patriarcalismo e capitalismo, portanto, muito embora tenham histórias distintas, associam-se nessa matriz durkheimiana para potencializar os efeitos virtuosos da ordem no espaço social geral, incluindo o seio familiar.

A partir da obra de Durkheim, nesse sentido, cunhou-se como que um *feixe* de diretrizes cuja razão de ser é a procura pela estabilidade política em uma forma de solidariedade (que ele chama de *orgânica*, para destacar a diferenciação e especialização dos ofícios) com grande potencial conflitivo – cujos efeitos se fariam visíveis em posições políticas *extremas*, identificáveis tanto nos seguidores de Herbert Spencer quanto nos revolucionários comunistas. A coesão social, deste ponto de vista, representa uma resposta à guerra de classes, seja a tocada pelas classes dominantes e seus acólitos, seja a levada a cabo por críticos do capitalismo e do patriarcado.

A matriz durkheimiana, aqui brevemente apresentada, a despeito de reivindicar o espaço entre os *extremos*, não consegue mais do que oferecer um receituário de gestão das

⁴⁶ MARTUCCELLI, Danilo. *O desafio latino-americano... Op cit.*, p. 29.

lutas de classe, objetivando mantê-las em sua fase latente, isto é, sem grandes erupções conflitivas. Não se tratam, portanto, de manobras para superar conflitos pelo confronto da estrutura social que os origina, mas da sua *gestão* dentro dos limites impostos pelo modo de produção. O enfrentamento dessa questão, assim, aponta para a discussão das formas de construção hegemônica na contemporaneidade. Desta maneira, entende-se melhor a luta pela coesão, travada pela constelação de *think tanks*, Organizações Não-Governamentais e congêneres que buscam sintetizar experiências políticas com o fito de oferecer um inventário de soluções para conflitos. Constata-se, por essa operação, sua clara filiação classista, a despeito dos discursos por elas produzidos eventualmente assumirem forma de crítica às “iniquidades” do capitalismo. Um dos mecanismos aqui destacados de preservação dos pilares da dominação é precisamente a despolitização da *questão social*, tornada no registro da *coesão social* um assunto para técnicos e especialistas.

Uma última palavra sobre acirramento das contradições no capitalismo. A periodização deste artigo compreende o espaço entre a publicação de *Da Divisão social do trabalho* e a elaboração do último documento aqui analisado, produzido por *think tanks* e lastreado naquelas teorias. É, pois, o intervalo de desenvolvimento dessa *matriz durkheimiana* de intervenção na realidade. Neste intervalo de pouco mais de cem anos entre 1893 e 2008, vimos as lutas no capitalismo adquirirem estatura inédita. Aqueles spenceristas, algo redivivos, enfrentam-se agora com novos e velhos comunistas. Não é sem razão, portanto, que o tema da coesão social vem ganhando espaço no universo de trabalho de organizações como aqueles *think tanks*, em avanço acicatado pelas tarefas de estabilização política postas pelo acirramento das lutas.

Referências

- BEHRING, Elaine. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF, 2020
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- BRINTON, Crane. *The anatomy of revolution*. Nova Iorque: Vintage, 1965.
- CHAMAYOU, Gregoire. *A sociedade ingovernável*. Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy*. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commision. New York: New York University Press, 1975.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril, 1978.
- _____. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Wmf, 2013.
- FERREIRA DE SOUZA, Pedro. *Uma história da desigualdade*. A concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec, 2017.
- FRIDMAN, Luis Carlos. Émile Durkheim e Max Weber: *socialismo*. Rio de Janeiro: Ralumé-Dumará, 1993.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo*. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOVELER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise*. Os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979). 2015. Orientadora: Prof Drª Virginia Fontes. Dissertação de mestrado. 420 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, Rio de Janeiro, 2015
- LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LOWY, Michael. *Ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. *Marxismo contra positivismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

- LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MISHRA, Ramesh. *Society and social policy: theories and practice of Welfare*. London: The Macmillan Press, 1981.
- NISBET, Robert. *A History of Sociological Analysis*. New York: Basic Books, 1978.
- PAULO, Diego Martins Dória Paulo. A Plataforma Democrática e a "coesão social na democracia" na América Latina (2007-2017). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, Nº 28, p. 138-163, Jan./Jul., 2020.
- _____. *As contradições da democracia e o Instituto Fernando Henrique Cardoso*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2020.
- PEREIRA, Camila. *Proteção social no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril, 1996.
- SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. *O desafio latino-americano*. Coesão social e democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SPENCER, Herbert. *El individuo contra el Estado*. Valência: Sempere, 1884.
- WACQUANT, Loic. *Punir os pobres*. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 1969.